

UMA GUERRA, DOIS MAPAS E DUAS FOTOGRAFIAS. O SERTÃO DO NOROESTE PAULISTA E A AVENTURA DO REGISTRO ICONOGRÁFICO AO FINAL DO SÉCULO XIX¹

*Airton José Cavenaghi**

Resumo

Neste artigo trabalha-se com a descrição de um local e seu desenvolvimento urbano, motivado inicialmente pelas experiências culturais do contato entre grupos. Desenvolve-se a idéia do transporte da identidade de um conflito armado, no caso o do Paraguai, para a análise de representações iconográficas – fotografias e mapas da região Noroeste da província de São Paulo ao final do século XIX.

Palavras-chave

Fotografia; cartografia; território; urbanização; província de São Paulo; século XIX.

Abstract

This article deals with the description of a territory and its urban development initially motivated by cultural experiences from the contact between two groups. We develop the idea of an armed conflict, in this case in Paraguay, and the transportation of its identity, in order to analyze iconographic representations – as photographs and maps – of the Northwest region of the Province of São Paulo, during the end of the XIXth Century

Key-words

Photography; cartography; territory; urbanization; Province of São Paulo; XIXth Century.

“Deus é grande, mas o matto é maior.”
(Pensamento popular reproduzido
pelo Visconde de Taunay em 1867)

O território

Falar de um conflito bélico é relatar, em muitos momentos, dimensões motivadoras e formadoras da própria idéia dos combates. A visão da guerra, além das necessidades imediatas dos Estados beligerantes, fomenta o aparecimento de relatos românticos, que envolvem o trinômio partida/conflito/chegada. Os indivíduos e seus conflitos pessoais são os elementos centrais de muitas das narrativas. Pouco se fala sobre o espaço, pois observa -se nele, apenas o fator motivante ao início das atividades bélicas. A disputa pelo território, além de ser o palco do conflito é, em inúmeros casos, seu principal motivador, pois os atos ligados a um conflito sempre necessitaram de elementos que legitimem a apropriação do espaço territorial.²

Neste artigo, busca-se falar, não diretamente do território da disputa, mas sim do caminho até o conflito, enfocando locais de passagem e seus respectivos agrupamentos urbanos, usando-se, para tal fim, uma leitura dos elementos iconográficos produzidos antes e após a estada no campo de combate. Pretende-se, também, abordar a questão da herança/lembança do conflito e de como esse processo pode criar, de forma indireta, valores culturais formativos nas comunidades envolvidas.

No idos de 1867, durante os primeiros anos dos conflitos relacionados à Guerra do Paraguai, o governo Imperial brasileiro organizou a chamada Força Expedicionária, liderada por Alfredo d’Escrangolle Taunay, que, pela primeira vez, mapeou e reconheceu oficialmente o caminho por terra ligando o litoral paulista ao território paraguaio, na região em que hoje se localiza grande parte do território do estado do Mato Grosso do Sul.

Antes desse fato, chegava-se a região Noroeste da Província de São Paulo, em especial ao território da Província do Mato Grosso, diretamente por via fluvial, acompanhando o fluxo dos rios Paraná e Paranapanema, e, em alguns casos, pela utilização do Rio Paraguai. Inclusive o impedimento da navegação no Rio Paraguai é usado ainda hoje como elemento fundamental para dar a razão ao início dos conflitos entre o Paraguai e os países da chamada “Tríplice Aliança” (Brasil, Argentina e Uruguai). Outro modo de locomoção, para a região, em especial para o território paraguaio, encontrava-se no acesso marítimo entre os principais portos do país, Rio de Janeiro e Santos, e Montevideo no Uruguai, por via fluvial. Foi desse caminho que se utilizou Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, que se tornaria o Barão Homem de Mello em 1878, quando de sua

viagem para a região dos conflitos, em 1869.³ A ida até a região por via terrestre ainda era desconhecida para a maioria das pessoas no país e só realizada pelo uso, principalmente, de naturais da região, que sabiam das dificuldades envolvidas em sua realização.

O cenário do sertão da Província de São Paulo era na época ainda praticamente desconhecido das autoridades. Para o governo paulista e para o Imperial, a região ainda figurava como “Sertão desconhecido”, denominação criada em 1837 por Daniel Pedro Müller, quando confeccionou o primeiro mapa impresso da região do território paulista, e que persistiria até pelo menos 1882, quando seria lançado o *Atlas do Império do Brasil*, de Cláudio L. de Carvalho, no qual colaborou o Barão Homem de Mello.⁴

Com o desenvolvimento do cenário da Guerra do Paraguai, abre-se uma nova vertente para o conhecimento do território paulista. A porção Noroeste de seu território, desconhecida oficialmente pelas autoridades dirigentes, era cenário de um desenvolvimento paralelo ao poder constituído, embora esse fato não fosse oficialmente reconhecido.

A Expedição de Taunay, quando de seu retorno do cenário da Guerra – seu relato pode ser observado no seu clássico livro *A retirada de Laguna* –, apresenta o cotidiano da região, expondo-o ao resto do país. O espaço e seus habitantes é tratado de forma romancada e muito daquilo que Taunay observa é parte da sua análise comparativa entre civilização e sertão. A lógica literária descritiva acompanha Taunay em toda sua trajetória, mas é necessário perceber que pouco é falado sobre os aspectos imagéticos que formaram a região.⁵

Ao acompanhar as narrativas do Visconde, fica a pergunta: como era olhar para esse sertão, ou seja, como se constituiu e se propagou a sua lógica visual descritiva?

O trabalho do fotógrafo no sertão: uma narrativa historiográfica

Relacionado ao trabalho fotográfico no campo de batalha, devem ser lembradas, como exemplo, as imagens produzidas do então cenário da Guerra do Paraguai datadas de 14 de agosto de 1868. Essas imagens foram atribuídas, embora não existam dados objetivos, ao fotógrafo Carlos Cesar, proprietário da Galeria Universal, localizada na cidade gaúcha de Humaitá. Tratava-se de um conjunto de imagens reunidas em um álbum, chamado de Recordações da Guerra do Paraguai, oferecido ao então visconde de Rio Branco.⁶ Luiz Terragno foi outro fotógrafo gaúcho que, entre 1865 e 1867, tirou uma série de retratos de personalidades brasileiras, em passagem pela região, envolvidas no conflito do Paraguai, entre elas o próprio Dom Pedro II em uniforme de campanha.⁷

Ao falar do trabalho fotográfico e do palco da Guerra, deve-se lembrar que trabalhar fora do estúdio era uma aventura bem complicada. Ao indagarmos sobre as condições de trabalho do fotógrafo fora dos centros urbanos, na segunda metade do século XIX no

Brasil, esbarramos com um país que enfrentava problemas de comunicação, transporte, intempéries climáticas, além dos problemas sociais e políticos. Com um enorme território a ser desbravado e “conhecido” pelo olhar “civilizado”, o Brasil, como outras nações fora do continente europeu, enfrentava particularidades regionais que impediam o desenvolvimento acentuado da atividade fotográfica.

Os caminhos, sempre prejudicados pelas condições impostas por clima, pela fauna e pela flora – além do próprio cenário dos campos de batalha – criavam obstáculos quase que intransponíveis aos que se aventurassem pelo interior do país, fora dos núcleos urbanos mais desenvolvidos; mas, paralelamente a isso, a atividade fotográfica acontecia em todo o território, com estúdios existentes nas principais cidades e capitais brasileiras.

A obra do pesquisador Boris Kossoy é categórica nesse sentido, ao mapear a enorme quantidade de fotografos e estabelecimentos fotográficos existentes no país entre 1833 e 1910. Ao todo, têm-se cerca de 37 fotógrafos e seus respectivos estabelecimentos atuantes nas diversas Províncias do país entre 1833 e 1849; 102, entre 1850 e 1859; 251, entre 1860 e 1869; 248, entre 1870 e 1879; 230, entre 1880 e 1889; 232, entre 1890 e 1899, e 278, entre 1900 e 1910. Vários fotógrafos estão presentes em diferentes momentos históricos mapeados por Kossoy, mas é importante observar o crescimento sempre constante da atividade fotográfica no país, em especial ao final do século XIX e início do século XX.

Desses fotógrafos, há uma categoria que não recebeu menção honrosa e quase sempre tem como resultado de seu trabalho o anonimato. Sobre ele, Kossoy afirma, na página 25 de seu *Dicionário*:

Nem sempre a imagem do indivíduo e do grupo social se fez através dos cenários sofisticados dos ateliês das maiores cidades freqüentadas pela classe alta. Se uma parte dos fotógrafos preferia se fixar nas capitais costeiras, outros tantos percorriam o interior em busca de clientes. A itinerância dos fotógrafos é uma das características mais notáveis da penetração da fotografia no interior do país; e ela não ocorre apenas no período da daguerreotípia, isto é, nas primeiras duas décadas que se seguem ao advento da fotografia (1840-1860). (...) Foram os pequenos fotógrafos – anônimos, itinerantes, “volantes”, ambulantes, (...) que contribuíram para a fixação da imagem do homem brasileiro.

Ainda para o autor, as representações criadas por esses fotógrafos “são vestígios documentais de múltiplas existências: deles próprios enquanto retratistas e de seus retratados”.

Como suas pesadas câmeras, percorriam o interior do país captando momentos únicos da vida do brasileiro, em diferentes locais não vinculados a realidades importadas dos

grandes centros urbanos, embora sua bagagem cultural trouxesse traços marcantes nesse sentido: muitas das identificações imagéticas fotografadas relacionam-se às necessidades culturais em curso nas zonas urbanas mais desenvolvidas materialmente. Gilberto Freyre lembra que essas necessidades culturais faziam-se pela “re-europeização”, ou seja, os novos contatos estabelecidos no país com o continente europeu recriavam-se, após a Independência, de uma maneira diferenciada da fase anterior. A Europa, no século XIX, era outra, mais industrializada, fato que provocava no Brasil, pela imitação e às vezes por imposição, a adoção de seus gostos e atitudes.⁸

A forma como a itinerância se procedeu é uma chave importante para a compreensão da formação da imagem captada pelos “sertões” do país e assim entender a perpetuação de modelos imagéticos cuja propagação e permanência foi assegurada, de certa forma, por esses mesmos profissionais.

A representação fotográfica urbana nasce atrelada à compreensão da fotografia como produto cultural significativo, no intuito de desenvolver modelos de representação. Aquilo que é visualizado é interpretado e absorvido como modelo, tornando-se um elemento de compreensão mnemônica coletiva. A obra, que é parte do autor e da sociedade da qual ele faz parte, passa a ser um sustentáculo significativo do modelo de visualidade propagado e absorvido. Nos sertões, os modelos padronizados, utilizados pelos fotógrafos de estúdio do século XIX, não são totalmente viáveis e, assim, tornam-se de difícil aplicação.

A história da fotografia pelo interior do território brasileiro confunde-se com a busca pelo conhecimento do espaço a ser conquistado, uma consequência direta de um modelo organizacional diferenciado e orquestrado, a princípio, pelos membros de uma elite atrelados à realidade urbana dos grandes centros provinciais.

Em 1865, por exemplo, o então Visconde de Taunay, em viagem realizada para o Mato Grosso como parte da Força Expedicionária para lutar no cenário da Guerra do Paraguai, comenta em uma das cartas enviadas ao amigo Henrique Fleiuss, em 9 de abril daquele ano:

Muito breve deixaremos a cidade de S. Paulo, procurando rumo de Campinas. Nesse segundo pouso funcionará a máquina fotográfica de modo tal que nossos mestres possam apresentar com algum orgulho os trabalhos dos novamente iniciados nessa arte pelos seus esforços, amabilidade e complacência.⁹

De fato, ao chegar em Campinas, Taunay encontra o fotógrafo Henrique Rosen, do qual traça uma pequena biografia:

Curiosa figura a deste filho do Norte! Saíra da pátria por diabruras da mocidade; mas, estabelecido em Campinas, trabalhara com perseverança, merecendo durante longos



FLEIUSS, Henrique. (atribuição). *Comissão de engenheiros da Campanha de Mato Grosso e Retirada da Laguna (o Visconde de Taunay aparece na foto de pé, ao centro)*. Impressão sobre papel, 14,5 cm x 11,2 cm. In: TAUNAY, Visconde de. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo: Melhoramentos, [1946-1948]. p. 164-165.

Em 2005, foi reeditada a obra *Memórias* do Visconde de Taunay, mas infelizmente a imagem fotográfica acima não foi incluída na reedição da obra. Esse fato ajuda a concretizar o esquecimento histórico ao negligenciar-se um importante documento. Em virtude de um apelo mercadológico de um editor, perde-se a oportunidade de dar visibilidade à memória iconográfica brasileira, dificultando futuras análises críticas desse manancial historiográfico.

anos a estima e a confiança de todos. Pôde, afinal, voltar com alguma fortuna para a Suécia, onde foi cônsul geral do Brasil em Estocolmo (e onde faleceu a 5 de janeiro de 1892).¹⁰

Desse encontro produziu-se, no mínimo, uma imagem fotográfica de estúdio, visto que os membros da Expedição permaneceram por cerca de dois meses na cidade de Campinas.

A fotografia realizada está reproduzida no corpo do livro de *Memórias de Taunay* – na página 122 da edição citada – e sobre ela há um breve comentário produzido pelo próprio autor:

Por êsse tempo tiramos a fotografia da nossa Comissão, grupo que tenho agora mesmo diante dos olhos, pela fixidez da côr honra os trabalhos de Henrique Rosen. (...) Quando essa fotografia circulou pelas boas rodas de Campinas, uma senhora exclamou: O Taunay parece o menino Jesus no meio dos doutôres!

Os pormenores do trabalho desenvolvido por Rosen podem ser observados nos detalhes da organização da cena e de seus personagens. Os líderes da Comissão, que estão sentados, escutam os comentários daqueles seus companheiros que estão de pé: Taunay é o terceiro da esquerda para direita. Nota-se que na disposição da cena, os personagens estão trabalhando com um grande pedaço de papel. Durante a descrição de suas memórias, Taunay chama-os de “Engenheiros” e, aparentemente, a imagem passa a idéia de que os personagens estão traçando uma espécie de mapa da jornada da Comissão. Essa característica é bastante significativa, pois é essa a realidade do espaço territorial a ser percorrido pela Expedição e a prática principal do cotidiano dos personagens retratados. Mostrar a função da Expedição pelo “resumo” imagético proposto na fotografia é atestar os modelos culturais em suspensão no período.

A mão do personagem central em pé na cena, depositada sobre o ombro do outro, que está sentado – segundo da direita para esquerda –, transmite a sensação de uma cena de trabalho, enaltecendo as habilidades do fotógrafo em captar os elementos da Comissão de Engenheiros em seu clímax, ou seja, a idéia do trabalho intelectual. Característica que foi perfeitamente transmitida, visto a explicação, realizada por Taunay anteriormente, no qual a senhora comentou o que pôde visualizar na fotografia em questão. O interessante no trabalho de Rosen é o exemplo da reprodução dos padrões estilísticos da fotografia de estúdio do período, o uso de um cenário fictício para caracterizar, simbolicamente, a mensagem a ser transmitida pela imagem. Esse cenário é propício às obrigações atribuídas aos membros da Expedição: mapear e reconhecer caminhos entre o poder central estabelecido (litoral) e o sertão (interior) do país. Nesse contexto, torna-se oportuna a maneira como o

registro foi organizado, ou seja, orientado para as funções atribuídas aos “engenheiros”.

Dessa forma percebe-se que já havia uma intenção prévia relacionada à constituição da Expedição. Antes mesmo de sua chegada ao cenário da Guerra cogitava-se – pelo menos é essa a visão implícita no registro fotográfico de Rosen – de elaborar um mapa dos caminhos percorridos pelo grupo.

Outro exemplo da construção do imaginário fotográfico no sertão encontra-se, em 1862, com o pintor francês F. A. Biard, que escreve uma narrativa de viagem ao país intitulada *Dois anos no Brasil*. Biard, quando chegou ao Rio de Janeiro, teve breve contato com o pai de Taunay, que na época era Cônsul da França no Brasil.

Na obra do viajante, existe a narrativa da sua chegada, permanência e suas aventuras pelo país, em especial pelas Províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Amazonas. Em terras capixabas, ele produz um interessante relato da sua experiência com a câmera fotográfica pelo sertão da Província. Nessa descrição, Biard conta como nasceu seu interesse pela fotografia: “Já nas vésperas de partir veio-me à cabeça uma idéia de fazer coisa de que não entendia patavina: ser fotógrafo. Comprei máquinas em segunda mão, drogas avariadas e um manual que lia na viagem”.¹¹

Nota-se uma certa disseminação da atividade fotográfica, a ponto de Biard conseguir comprar uma câmera usada e tentar trabalhar com a atividade somente com o uso de um manual. Sua experiência não foi das melhores, mas são dignas de nota as agruras enfrentadas pelos fotógrafos itinerantes no período, pois o sertão não oferecia condições favoráveis à prática da fotografia.

Biard – conforme descrito no mesmo livro na página 78 – enfrenta grandes dificuldades para exercer sua atividade, inclusive com a construção de seu gabinete fotográfico:

Consegui no outro dia o auxílio de um homem que, munido de martelo e verrumas, me ajudou a construir pequena câmera escura para meus trabalhos fotográficos. Se falei em verrumas foi porque as madeiras brasileiras são de tal modos duras que não se pode pregar apenas com pregos. (...) O acanhado aposento a me servir de câmara, de atelier, de quarto de dormir e de laboratório de história natural, não recebi luz senão por uma porta (...). Em tôrno da câmara escura espalhavam-se minhas roupas a fim de taparem as brechas das tábuas já em parte cobertas com papel.

O fotógrafo mostra-se minucioso quanto a suas experiências com a fotografia. Reclama das intempéries, em especial da chuva, que sempre lhe dificultavam as atividades. Seus comentários são um ótimo resumo do exercício fotográfico em campo, comparado às facilidades apresentadas pelo trabalho em estúdio na zona urbana. O autor ainda indica – conforme é reproduzido de seu texto da página 122 – os acidentes possíveis com o

manuseio das drogas para a prática da fotografia: “Um dia, ao manejar uns frascos com colódio, perto do fogo, a chama comunicou-se a um litro de éter. Felizmente ainda dessa vez a explosão não me atingiu”.

Percebe-se, em suas reflexões, que o fotógrafo itinerante estava sujeito aos vários percalços da atividade em plena floresta, como no caso de Biard, ou mesmo nos locais não propícios às atividades envolvendo a prática fotográfica.

Dessa maneira, compreender o impulso que leva o registro fotográfico para fora dos centros urbanos é entender a necessidade de usar a imagem do que foi visto de maneira a propagar aquilo que se queria comparar para impor, entre outros motivos, a nova ideologia burguesa em desenvolvimento. A imagem do desconhecido fascinava, e, como nos lembra Kossoy, “Interessava ao viajante estrangeiro registrar o diferente, pois desta forma confirmava a sua identidade de homem branco europeu. A iconografia, neste sentido, representou papel fundamental, na medida em que era veículo de divulgação da imagem do outro, apresentada como novidade”.¹²

A novidade do registro das regiões desconhecidas – ao olhar estrangeiro – do território nacional assume a roupagem de um troféu simbólico da conquista do inusitado e a imagem fotográfica passa a ser a representação ideal desse triunfo, ancorada em seu *status* de invenção tecnológica: um veículo de difusão da chamada “verdade científica pura.”

O momento histórico atrelado à chamada Revolução Tecnológica de 1870 criou uma aura mítica em torno das máquinas e de seus atributos. O cotidiano foi alterado de maneira abrupta e, embora o carvão e o vapor ainda fossem os elementos centrais do impulso das máquinas, também a eletricidade e os produtos químicos, além do petróleo, passaram a ser usados em larga escala, modificando a perspectiva e a compreensão do mundo pelas pessoas.¹³

No Brasil, em particular, notam-se essas mudanças a partir da chegada do Imperador ao trono. O contexto da maioridade política do monarca, em 1840, abriu perspectivas significativas na mudança do panorama cotidiano do país, sobretudo no aspecto das modificações no âmbito material. Em 1850, com a suspensão gradual do tráfico negreiro, os capitais passaram a ser reinvestidos em outros elementos que se encontravam em estagnação. Nesse ano, por exemplo, foi inaugurada a primeira linha marítima a vapor entre o Brasil e a Europa. As comunicações entre os locais internos no país cresceram de forma considerável se comparadas às do período histórico anterior, cuja estagnação econômica provocou o isolamento das camadas senhoriais em suas casas-grandes rurais, característica que os levou a abandonar, várias vezes, o cotidiano cidadão. Entre 1854 e 1858, constroem-se as primeiras estradas de ferro; em São Paulo, a ligação ferroviária com o Porto de Santos se concretizaria em 1867 – embora de forma precária –, demonstrando a

aproximação da Província com o movimento em curso no resto do país.¹⁴

A própria Expedição de Taunay pode ser considerada como um reflexo desse processo de mudança. A falta de elementos de comunicação com o interior do país, observada, por exemplo, no fato de a navegação fluvial só se efetivar nos primeiros anos da década de 60 – com empreendimentos organizados pelas empresas de Mauá –, na concentração das comunicações vinculadas aos portos marítimos e na falta de navios, somados à necessidade de deslocamento de tropas para o cenário da Guerra do Paraguai, transformam a Expedição Taunay em uma empresa de caráter exploratório e de busca da suposta centralidade administrativa proposta pelo governo do Império.

Um dado interessante da Expedição, que pode repercutir esse aspecto, foi a preocupação de Taunay em elaborar descrições minuciosas e românticas dos locais pelos quais passava. O isolamento foi quebrado pelo narrador, no caso o próprio Taunay, que representava o poder constituído a colocar a região visitada na perspectiva de controle do governo central.

A Noroeste paulista: o sertão catalogado

A região Noroeste da Província foi a primeira a ser desassociada da expressão Sertão Desconhecido, presente na maioria dos mapas confeccionados no período. A expressão permaneceria para a região Sudoeste, próxima a Bacia do Rio Paranapanema, que só seria mapeada após a constituição dos trabalhos da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX. Para a primeira região, seu processo de reconhecimento começou a desenvolver-se com o mapa confeccionado pela expedição liderada por Taunay quando de seu retorno do cenário da Guerra do Paraguai.

Propõe-se a idéia da Guerra com um acontecimento catalisador para o conhecimento do espaço territorial paulista, interferindo, em muitos aspectos, no processo formativo da região no período.

A cidade de Araraquara, no interior paulista, era o ponto de aproximação entre o chamado sertão da Província, em sua região mais ao Norte, e a civilização. Na cidade, são famosos os relatos do batalhão de “Voluntários da Pátria” composto, inclusive, com membros da elite dirigente local.

A região de Araraquara era referenciada desde o século XVIII, quando Lacerda e Almeida, ainda movido pelo mistificação do ciclo aurífero, em sua expedição realizada pelo local, em dezembro de 1788, comentava sobre os “montes de Araraquara, em que os quais se representa uma bela cidade. É tradição constante que nestes montes há ouro; os que vão de São Paulo para Goiaz atravessam estas serras”.¹⁵ Convém lembrar que a obra

de Lacerda e Almeida foi um dos primeiros livros a serem publicados em São Paulo, no ano de 1841, em edição patrocinada pelo governo Provincial, interessado em conhecer e propagar as partes de seu território já visitadas e reconhecidas por alguns autores. Os dados e as informações recolhidos passaram a fazer parte de uma base estatística e documental para uma possível centralização administrativa.

Em 1876, em um Almanaque divulgado nesse ano, a cidade de Araraquara era descrita por Joaquim de Almeida Leite Moraes. O autor ficaria mais conhecido pela publicação de *Apontamentos de Viagem*, obra escrita em 1880, quando assumiu o cargo de presidente da província de Goiás. No texto do Almanaque, o autor relatou o cotidiano da urbe na qual atuava na política, desde 1865, como presidente da Câmara Municipal. Moraes afirmou que Araraquara representava uma vila “das prósperas; inferior a poucas cidades; superior a muitas pela sua população, pela sua lavoura, pela sua riqueza, e assombrada pela fertilidade de seu solo”.¹⁶ Sua narração é típica da necessidade de se chamar a atenção para a prosperidade das cidades localizadas na região, última catalogada e representada nos mapas do período: após Araraquara, tudo era desconhecido e confuso.

A prosperidade da vila poderia ser medida pela extensão do território – considerado, pelo autor, maior que o de Portugal – e a posse do mesmo, pois, segundo Almeida na conclusão do texto apresentado acima, não havia nenhum palmo de terra que não estava sob o domínio privado. Essa característica mostra a necessidade de apresentar a cidade como apta a receber a atenção governamental, pois, pela forma da propaganda do editorial do Almanaque, sabia-se de seus limites e de suas organização territorial.

Leite Moraes também relacionou as profissões existentes na vila, e, entre elas, destaca-se um fotógrafo sem nenhuma referência maior sobre seu nome ou alguns de seus trabalhos. Sabe-se, pela indicação apresentada em outra obra, no caso o *Álbum de Araraquara*, de 1915, que havia um fotógrafo, supostamente de origem francesa, atuando na cidade desde 1895. Assinando suas fotografias, já no início do século XX, como Phot. Pérez. Filemón Pérez atuou em Araraquara entre 1895 e 1915, tendo transferido seus negócios na cidade para Monteiro & Garcia, aparentemente neste mesmo último ano, pois, em 1916, já estava trabalhando em São Carlos.¹⁷

As atividades econômicas desenvolvidas na região de Araraquara atraíam uma variada gama de pessoas, mas é sintomático que as localidades dessa parte do território da Província começassem a ser biografadas e inseridas em um contexto maior do conhecimento de uma elite administrativa.

A região após a Vila de Araraquara era composta de terrenos sem a efetiva presença de colonos. Os indígenas, naturais da terra, como as tribos caingangues e coroados, entravam constantemente em choque com os brancos pela defesa de seu território. Essa

característica levou, sobretudo nos anos iniciais do século XX, a se criar toda uma mística na qual o indígena era o inimigo central dos colonos, devendo ser combatido para a imposição de um modelo civilizatório para a região.¹⁸

A formação urbana inicial nessa região é movida pela migração de mineiros das regiões afetadas pela decadência econômica da mineração, acentuada pelos problemas políticos advindos da Revolução Liberal de 1842. A fronteira interprovincial não é vista como uma marca presente no imaginário coletivo do período. O ponto de referência da separação passa a ser o Rio Grande, pois o elemento geográfico natural é o único palpável em uma área desconhecida e não catalogada oficialmente. As terras desocupadas tornam-se elementos de atração e fixação de uma população cujo cotidiano, com exceção do que se sabia por relatos esporádicos como o de Leite Moraes, era totalmente desconhecido da administração central.

A classificação das localidades urbanas após a região em que está a cidade de Araraquara acompanha a formatação apresentada pelo mapa da Expedição de Taunay, a ser comentado. Há, como exemplo de referência, a Fazenda Cachoeira, território inicial de fundação da cidade de Jaboticabal.

Jaboticabal, antes de sua elevação a Vila, era conhecida como Portal do Rio Pardo, e era a cidade mais próxima entre a vila de São Bento de Araraquara e o arraial de São José do Rio Preto, estando localizada nas proximidades do Ribeirão dos Porcos, marco geográfico também anotado no mapa da Expedição de Taunay.

Em 1888, por exemplo, Jaboticabal era conhecida por possuir uma das maiores extensões territoriais de um município em toda região da então Província de São Paulo.¹⁹ Já no ano de 1900, um viajante, De Racourt, percorrendo a região da Noroeste, considerou Jaboticabal como a “última baliza do mundo civilizado por que a floresta virgem começa vinte quilômetros adiante”.²⁰

Fruto da penetração do território – como a grande maioria das povoações da região – pela ação dos mineiros, teve sua área original doada a João Pinto Ferreira, em forma de uma sesmaria, por volta de 1816. Sua fundação acontece no ano de 1828, quando o sesmeiro doou uma porção de suas terras ao Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo, processo que deu origem ao povoado.

No ano de 1867, na mesma época da passagem de Taunay pela região, o arraial era elevado à categoria de Vila – embora não seja catalogado no mapa da Expedição –, passando a ser o ponto central de uma vasta região administrativa de cerca de 40.000 Km². Com cerca de 14 mil habitantes, em 1875, Jaboticabal estava inserida em um território que

[...] confina-se ao Norte, com a Província de Minas Geraes, pelo Rio Grande; ao sul com o município de Araraquara, pelo rio dos Porcos; a leste com os de Ribeirão Preto e Batataes, pelos rios Mogy-Guassú e Pardo; a oeste estende-se o território do Município até o rio Tieté.²¹

Dessa classificação territorial, é possível perceber a importância dos atos administrativos da comunidade e seus reflexos na formação inicial da Noroeste Paulista. O desmembramento da cidade de Araraquara e a inserção do território no contexto de uma centralização administrativa proposta pelo Império – característica que ocorre após a passagem de Taunay na região – modificam o enfoque de ocupação do chamado Sertão Desconhecido. A grande presença dos naturais de Minas Gerais na área pode ter desencadeado uma preocupação maior, por parte do poder provincial, quanto à legitimação das terras como tributárias do governo paulista.

A permanência da expressão cartográfica Sertão Desconhecido comprometeria as reais necessidades locais, como no caso de Jaboticabal, que passou a coordenar uma vasta região limítrofe entre duas outras Províncias. Necessitava-se criar uma identidade da urbe com o processo de ocupação e povoamento, e a imagem fotográfica, por exemplo, era um dos mecanismos oportunos para efetivar essa proposta.

A fotografia mostra a cidade de Jaboticabal e é considerada a primeira imagem realizada reproduzindo o aspecto urbano da comunidade. Ela foi dada a público na forma de um cartão-postal, que circulou em 1919, e foi impresso pela Photo Riberi, mas, se confirmada a data de 1879 para a sua confecção, pode-se afirmar que talvez seja um trabalho do fotógrafo anônimo de Araraquara, pois não há referência a outros fotógrafos na região no período. A proximidade entre as cidades também pode sugerir tal hipótese.

A produção da fotografia, registrando o aspecto urbano ainda em desenvolvimento, é bastante significativa. A imagem captada é o elemento de identidade necessário ao grupo, um mecanismo mnemônico de criação de uma identidade coletiva. Aproxima, pelo conteúdo imagético, o material e o simbólico, atestando uma referência de comportamento para a comunidade, característica que não existe somente no contexto das lembranças de seus moradores, ao contrário, é fixada na superfície da fotografia, confirmando as lembranças necessárias à perpetuação dessa mesma comunidade como grupo possuidor de uma memória própria.

Nota-se que o fato de a fotografia ter sido preservada e, posteriormente, já com a constatação do desenvolvimento da urbe em 1919, propagada, é sinal de que sua carga simbólica representa um sustentáculo às idéias formativas para a identidade da região: existe toda uma simbologia de conquista das terras e a imagem fortalece as ações ao tornar “palpável” a representação das lendas heróicas da ocupação local.



JABOTICABAL EM 1879

Reproduzido em 12-5-1919

Photo RIBERI

*Jaboticabal em 1879: reproduzido em 1919; Photo Riberi. Cartão Postal. Fac-simile circulado entre 1970 -1990. 10,5 cm x 15,5 cm. Dessa fotografia não se conhece o negativo ou uma cópia original. Recolhido em: BRANDI, Agostinho. *São José do Rio Preto: 1852-1894: roteiro histórico do distrito*. São José do Rio Preto, Casa do Livro, 2002. p. 239.*

A fotografia mostra a comunidade agrupada como um aglomerado urbano em desenvolvimento, percebendo-se a comparação entre o ambiente urbano e o resto de mata original, preservada ao fundo. Para o autor da imagem, o cotidiano de última localidade civilizada no sertão bruto, característica que seria referenciada pelo viajante francês De Racourt, é algo presente naquele momento e assim passível de percepção na construção imagética criada. Jaboticabal, pelo registro fotográfico realizado, assumia a postura administrativa pertinente ao momento sociocultural vivenciado.

A outra localidade referenciada no mapa elaborado pela Expedição de Taunay trata-se do então arraial de São José do Rio Preto, que, nesse período, estava se formando como uma localidade que buscava sua própria representação política, pois ainda era vinculada administrativamente à cidade de Jaboticabal.

A vastidão do território da Província, desconhecido pelo poder central, era um dos principais problemas a ser enfrentado. A demora resultante da circulação dos informes administrativos condicionava o cotidiano das cidades quase que somente a esse assunto. A cidade de São José do Rio Preto não foi exceção e, dessa forma, a documentação textual produzida nessa época, entre 1852 e 1894, é quase exclusivamente relativa à legalização da cidade como comunidade urbana apta a receber a atenção do poder administrativo central.

Para a história oficial de São José do Rio Preto, consta que

[...] os primeiros povoadores, segundo a tradição, devem ter sido os irmãos Joaquim e José Gonçalves de Souza, que vieram de rio Verde, do Estado de Minas Gerais, entre os anos de 1820 e 1830 (...) a segunda leva de povoadores chegou em setembro de 1831 com Antônio Alves da Silva (...) Vieram, em seguida, os irmãos Antônio Carvalho e Silva e Luiz Antônio da Silveira, em 1845 (...)²²

Há uma ocupação crescente de mineiros na região, característica comprovada também pelo análise anterior do desenvolvimento da cidade de Jaboticabal.

Em 1852, João Bernardino de Seixas Ribeiro, outro mineiro vindo da região de Casa Branca, fixava residência entre o espigão central do Rio Preto e o córrego do Canela, território que formaria o embrião central da futura cidade.

O local escolhido, como ocorreu em quase todas as cidades no sertão formadas no período – segundo também Monbeig, na página 135 de sua obra – dividia-se em “aguadas, isto é, terras compreendidas entre duas linhas de crista e correspondentes a uma pequena bacia hidrográfica. Era a posse da água o elemento indispensável de toda propriedade”. A necessidade da posse do recurso hídrico levava à fixação da propriedade nas proximidades de um rio, que passava a ser o elemento central da demarcação territorial.

Desse processo de ocupação inicial da localidade de Rio Preto, há uma referência concreta em 1857, quando Azevedo Marques publica seu *Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Província de São Paulo*. Na obra de Azevedo Marques, São José do Rio Preto aparece com Curato de Jaboticabal pertencente à Comarca de Mogy-Mirim.²³ No ano seguinte, no *Almanak* de 1857, na sua página 327, a região já é classificada por Azevedo Marques como Districto do Rio Preto, pertencente ao Município de Araraquara, e contava com um subdelegado, Francisco de Paulo Oliveira, e cinco “Supplentes”. Dessa maneira, observa-se que a cidade era conhecida praticamente desde sua fundação, embora não constasse em nenhum mapa elaborado até então.

Na passagem da Expedição de Taunay pela região, há o primeiro contato descritivo do então arraial. Comenta Taunay que o “arraial estava deserto por causa do recrutamento – punha-se então em prática o dito que circulava em todo o Brasil: Deus é grande mas o matto é maior (...).²⁴ O convívio de Taunay com Bernardino de Seixas Ribeiro desencadeou o conhecimento do cotidiano da comunidade, colocando-o em relação com os poderes representativos do estado. Após esse acontecimento, o Visconde não deixa de comentar sobre o arraial em outras de suas obras, característica que demonstra que a experiência do contato revelou uma preocupação de uma elite com o conhecimento dessa vasta região da Província.

Em *Visões do Sertão*, ao chegar ao arraial de São José do Rio Preto, sob chuva torrencial, Taunay comenta que

Pousamos (...) na única casa do arraial, coberta de telha, pertencente ao Sr. Bernardino de Seixas Ribeiro, inteligente paulista, que descende de boa família e goza de muito conceito em tôda aquela redondeza. A povoação consta de meia dúzia de palhoças abandonadas, na ocasião do recrutamento, por todos os habitantes que, com exceção do subdelegado [na época o próprio Bernardino], que era o próprio recrutador, haviam fugido para as matas e pontos em que não se tornasse possível a exigência do serviço das armas. Há uma igreja em construção, e cremos que por muitos anos fique nesse estado, quando não se arruine totalmente.²⁵

Nota-se que a notícia da guerra foi propícia à dispersão dos habitantes, não pelo contato direto com o conflito, mas sim pelo não comprometimento com as ações políticas e administrativas do poder central. Taunay afirma que havia uma espécie de medo em enfrentar os combates. Deve-se notar que o Visconde era um soldado, e seu imaginário acompanhava essa perspectiva, mas é preciso lembrar que outros fatos também ajudam a questionar a fala de Taunay, pois a escolha do sítio original de fundação do arraial de Rio Preto foi motivado, principalmente, por dois aspectos centrais.

O primeiro por estar em uma “aguada”, ou seja, em um morro entre duas reservas de água, no caso os ribeirões Canela e Borá. O segundo pode ser local de passagem de um fluxo comercial ligando a região de Mato Grosso, Minas Gerais e o resto do território paulista, fato que já deveria ser do conhecimento da administração central, ajudando a explicar a escolha da Expedição de Taunay pelo caminho.

Questiona-se se já não havia um contato acentuado da região com grupos culturais diversos, entre eles os próprios paraguaios, motivando uma não identificação com os rumos tomados pelo conflito? Teria o grupo local uma maior proximidade com a proposta cultural diferenciada do resto do território paulista?

Nesse momento, a comparação da estrutura urbana do vilarejo para o viajante desenvolve-se de maneira preconceituosa e etnocêntrica. Taunay, acostumado à visão de um cotidiano urbano da Corte, não consegue perceber a idéia lenta da ocupação territorial que se processava. O mapa confeccionado pela Expedição, por exemplo, é parte desse processo de conhecimento territorial comparativo, pois nada é catalogado ou classificado fora da estrada que foi seguida, mostrando que o espaço estava sendo reconhecido por e para um poder central, independentemente da presença ou não de pessoas acostumadas às características do local.

A região fronteira da Província de São Paulo com a de Minas Gerais mostra-se envolvida em um processo de busca de identidade: os colonos são mineiros, mas as terras são paulistas. O processo econômico desenvolvido, inicialmente, restringe-se à lavoura de subsistência e, posteriormente, ao comércio de gado, aproveitando-se o fluxo de mercadorias que teria aumentado pelo abastecimento das tropas brasileiras no palco da Guerra do Paraguai. De acordo com esse fluxo econômico, a região se desenvolve e passa a criar suas referências cotidianas, amparadas na política centralizadora buscada pelo Império.

A proximidade dessa política centralizadora podia ser observada pela presença de duas colônias militares na região e as únicas da Província. A primeira era a de Itapura, criada em 1858 à margem direita do Rio Tietê, cerca de 13 quilômetros da sua foz no rio Paraná. A segunda era a de Avanhandava, também nas margens do Rio Tietê, localizando-se a cerca de 264 quilômetros da cidade de Araraquara. Principalmente a colônia de Itapura oferecia possibilidades comerciais para muitas comunidades da região no período, e a cidade de São José do Rio Preto não era exceção.

Percebe-se que, apesar de inúmeras cidades não constarem em vários mapas do período, seu reconhecimento como estrutura urbana apta a receber investimentos e um fluxo migratório organizado deveria passar pelo conhecimento literário das elites pensantes do país, em especial da Província.

Não bastava a cidade simplesmente existir, era necessário sua existência ser comprovada ou assinalada na produção documental do período, seja ela administrativa, seja literária, para assim receber, por exemplo, atenção do Governo Provincial. Os almanaques editados por J. R. de Azevedo Marques, em 1857 e 1858, ou o de Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca, de 1873, são obras que tiraram do anonimato diversas localidades no contexto do cotidiano territorial da Província.

Apesar de todas essas obras, o marco da propagação de tal conhecimento pode ser localizado na publicação de Azevedo Marques, *Província de São Paulo*, editado pela primeira vez, em 1878, sob responsabilidade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em uma tiragem de mil exemplares. Desses volumes, quinhentos foram doados à viúva e aos filhos do major Manuel Eufrásio do Azevedo Marques, como título de compensação pelos serviços prestados ao conhecimento da Província de São Paulo e às letras nacionais. A obra encontrou boa acolhida, tanto que, em 1897, a viúva D. Maria das Dores do Amaral pedia ao IHGB permissão para a impressão de uma nova tiragem.

A obra do major Manuel Eufrásio é a primeira a recolher informações, de diversas fontes históricas, relacionadas à história da Província, e nos assuntos mais recentes consultou, entre outros, os trabalhos de Daniel Pedro Müller, do brigadeiro Machado de Oliveira e o próprio Barão Homem de Mello.²⁶

Nessa obra, Manuel Eufrásio comenta, por exemplo, sobre São José do Rio Preto: Rio-Preto (Rio Preto) – Bairro do município de Araraquara, onde existe criada uma cadeira de instrução pública primária para o sexo masculino. Foi elevado à categoria de vila sob a invocação de São José do Rio Preto, por lei provincial. A paróquia não foi ainda canonicamente provida.²⁷

Dessa maneira, as informações relativas à Província e de várias de suas cidades localizadas na região “não mapeada” do território passam a ser fundamentadas em uma publicação amparada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, garantindo, dessa forma, a veracidade das informações colhidas pelo major Manuel Eufrásio.

Assim, nota-se que há uma mudança na forma como as elites administrativas passam a ver o território da Província; e, no caso específico da cidade de São José do Rio Preto, a área será observada como um dos pontos finais da colonização e mapeamento do sertão bruto.

A cartografia do lugar: uma outra visão iconográfica.

A expedição chefiada por Taunay, muito mais que relatar o contato e o cotidiano da localidade de São José do Rio Preto, produziu informações pertinentes à região, e, dessa

forma, contribuiu para colocar a comunidade no contexto de uma centralização política buscada pelo poder central.

Da viagem da Expedição, foi produzido o primeiro mapa detalhado dos caminhos percorridos entre São Paulo e São José do Rio Preto, enfocando o trajeto pelos sertões de Araraquara. O desconhecido desdobrava-se para além dessa cidade, última localidade com referências mais concretas para a idéia de civilização atrelada às necessidades do estado, que tem na figura de Taunay um de seus principais representantes.

Para a Expedição, a produção de um mapa do itinerário percorrido representava a propagação do conhecimento adquirido durante a jornada e, além disso, os relatos produzidos e organizados por Taunay ajudaram na produção de um conhecimento extra, necessário ao entendimento de todo o contexto da produção iconográfica realizada.

Nota-se que a indicação de São José do Rio Preto no mapa é conjugada com uma série de localidades e fazendas espalhados no território percorrido pela Expedição.

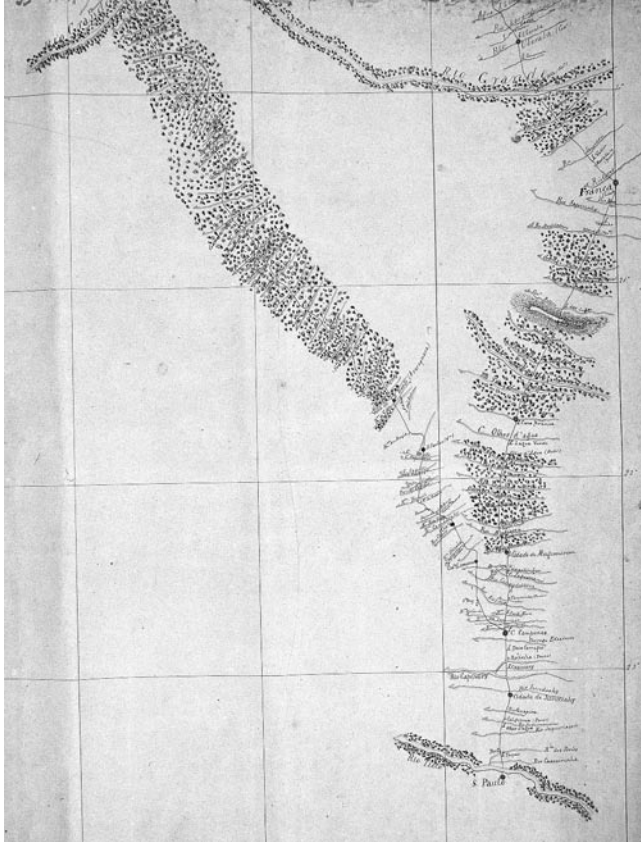
O mapa, de grandes proporções e abrangendo uma vasta parcela do território entre as Províncias de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, representa uma inserção de elementos de controle em uma enorme área administrativa, da qual, por parte do governo provincial paulista, conhecia-se muito pouco.

Para Luiz Flávio de Carvalho Costa, o primeiro pesquisador a apresentar referências de pesquisas em relação a esse elemento cartográfico,

Araraquara é a boca do sertão que antecede uma região não desbravada. Em contraste, a partir daí até a barranca do rio grande ressalta visualmente a floresta (...). Nesse território paulista setentrional a intervenção do homem é pequena e a natureza domina a paisagem. Um corredor ermo, emaranhado, de laterais desconhecidas (as laterais vazias representam o sertão bruto, sem moradores), um traçado entregue à imposição do terreno, uma mancha alongada intensamente verde nos colocam diante do sertão de Araraquara.²⁸

Nessa descrição do mapa confeccionado pelo capitão Capitolino, Luiz Costa trabalha com o aspecto idílico representado pelo elemento cartográfico em uma aproximação direta com a obra literária de Taunay. De fato, os vazios representados pela falta de informações – além do roteiro do caminho – demonstram o sertão bruto, mas não sem moradores. Para os construtores do referencial cartográfico, a importância da representação encontra-se em estabelecer a direção tomada pela expedição. O objeto cartográfico, pelo teor da expedição – um grupo de soldados em direção ao campo de batalha –, passa a ser um objeto de conhecimento e representação de um poder estratégico.

A não existência de referências, no mapa, além do caminho percorrido, mostra a



*Itinerário topográfico da marcha da Força Expedicionária a província de Mato Grosso desde São Paulo até o Coxim compreendendo a estrada que da cabeceira de Boa Vista se dirige à cidade de Campinas pôr Sant'Anna do Parnaíba, São Francisco de Salles, São Bento de Araraquara, e a parte da estrada-geral que do rio Paranaíba se dirige a Cuiabá pela capital de Goiás segundo as observações de d' Alencourt, construído e oferecido ao Governo de S. M. O Imperador pelo Capitão do Estado Maior de 1ª Classe B.el Capitolino Peregrino Severiano da Cunha, membro da Comissão de Engenheiros junto à Força Expedicionária. 1867 (detalhe de carta manuscrita, papel sobre tela, nanquim e aquarela, original depositado no Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.) Fotografado por Beto Felício. Reproduzido de COSTA, Luiz Flávio de C. O caminho de São bento de Araraquara. In: ALMEIDA, A. M.; ZILLY,B.; LIMA, E. N. (orgs.) *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro, MAUAD/FAPERJ, 2001. p.121.*

necessidade apresentada pela confecção do objeto cartográfico: servir de elemento de conhecimento estratégico, e não ser um inventário administrativo.

A busca da centralização administrativa, leia-se conhecimento das comunidades e suas características, seria uma consequência direta do mapeamento inicial desenvolvido na expedição de Taunay. Os caminhos, seguindo uma linha de pensamento, constantemente referenciada nos Relatórios Provinciais do período, eram a principal característica a ser relatada.

Embora se afirme, pela expressão cartográfica construída, a quase inexistência de moradores nessas áreas e se classifique quase todo o Noroeste paulista como desconhecido, desde a passagem do viajante Luiz D'Alincourt pelos sertões de Araraquara, entre 1818 e 1823, em direção a Franca, tal fato não é assim muito expressivo. O autor, em seus relatos, demonstra a presença de moradores de forma esparsa, mas presentes e inseridos no cotidiano da região. Tais informações são corroboradas pelo próprio autor do mapa, que admite reproduzir algumas informações “segundo as observações de D'Alincourt”, relativas ao caminho para a região de Franca.

Para a região Noroeste da Província, a existência de moradores, desde 1820, relatada por Carlos Rodrigues Nogueira, torna-se um elemento palpável e digno de uma análise mais aprofundada. O autor, embora apoiando-se somente nos depoimentos dos descendentes dos primeiros colonizadores, relata que os primeiros mineiros a estabelecerem morada na região o fizeram entre 1820 e 1830.

Os irmãos Joaquim e José Gonçalves de Souza, originários de Rio Verde, em Minas Gerais, fixaram-se nas terras próximas ao córrego do Borá, em uma das vertentes do núcleo originário da cidade. Embora tenham se estabelecido no local desde então, em 1837, eles venderam suas terras para o capitão João José Ribeiro, não existindo mais nenhuma informação relacionada ao período.²⁹

Confirmando-se a presença dos irmãos na região, os mesmos dividiriam com outro mineiro, José Theodoro de Souza, a referência central para a colonização da totalidade dos chamados “Terrenos Desconhecidos” da Província de São Paulo.

José Theodoro de Souza foi o principal responsável pelo início do processo de colonização da parte Sudoeste do território, na região dos Rios do Peixe e Paranapanema, que, no final da primeira metade do século XIX, seguia o mesmo caminho de ocupação desenvolvido na região Noroeste da Província.³⁰

A apresentação desses dados ajuda a corroborar que, em 1867, na época de confecção do mapa do capitão Capitolino, já havia uma quantidade significativa de moradores no caminho percorrido pela Expedição de Taunay, embora a mesma não tenha tido um contato mais direto, como no caso do encontro com José Bernardino.

A presença de José Bernardino no topo do espigão, na convergência dos caminhos das tropas de muares, de São Paulo a caminho do Mato Grosso e vice-versa, mostra que havia uma espécie de retorno financeiro que garantiria sua permanência na região, acontecimento que proporcionou diretamente o início do desenvolvimento da comunidade.

A formação urbana da comunidade: mapeamento e ideologia de representação

Das informações relacionadas ao núcleo urbano inicial, da cidade de São José do Rio Preto, há somente a referência apontada por Taunay, ao passar pela cidade em 1867, quando afirma que “A povoação consta de meia dúzia de palhoças abandonadas (...) Há uma igreja em construção, e cremos que por muitos anos fique neste estado, quando não se arruine totalmente.”³¹

Torna-se evidente que, pela análise do Visconde, o povoado era mais um entre os vários espalhados pelos sertões, embora, nesse aspecto, possa-se afirmar que havia a intenção de inserir a região em um modelo administrativo mais centralizado.

Anteriormente à passagem de Taunay pela localidade, ela já buscava um reconhecimento de seu território, isso apenas sete anos após sua fundação. Segundo o historiador riopretense Agostinho Brandi, dois fatos significativos marcariam o traçado urbano da cidade. O primeiro, em 1859, quando os vereadores de Araraquara, em sessão do dia 5 de janeiro de 1859, propuseram “que esta Câmara nomeasse uma comissão de dois cidadãos probos e residentes na Capella do Rio Preto para, de acordo com o arruador da mesma Capella marcasse o arruamento da mesma povoação de acordo com as Posturas Municipais (...).”³² Nesse ano, São José do Rio Preto ainda era Distrito de Paz pertencente à Vila de Araraquara. O outro fato refere-se ao ano de 1879, quando a sessão da Câmara de Jaboticabal, de 19 de maio, requeria que fosse, conforme afirma Brandi, “nomeada uma comissão para traçar o quadro do pátio e arruamento da Freguesia do Rio Preto (...).”

Em 1873, no *Almanak da Província de São Paulo*, Rio Preto constava como Freguesia. Essa denominação era propagada de forma errônea, pois ainda a comunidade era um Curato e só seria elevada à Freguesia em 1879, com a aprovação da Lei de n.4, sancionada pelo então Presidente da Província, Laurinto Abelardo de Brito, no dia 21 de março daquele ano. Nessa época, a vila ainda pertencia ao município de Araraquara, possuindo um subdelegado, João Baptista Gonsalves, e dois suplentes, Antonio Bernardino de Seixas e Joaquim Soares da Costa.³³

Convém lembrar que toda a região, pela grande quantidade de florestas nativas, era, também de forma errônea, classificada como de grande fertilidade, e que a presença inicial das atividades econômicas ligadas à pecuária impediu, a princípio, o desenvolvimento das atividades cafeeiras. Segundo Ary França,

[...] a primeira valorização da região, feita através do pastoreio, deixou, assim, de lado imensas áreas florestais. Com outro propósito e visando a outro tipo de terras, não teria aparentemente, relação alguma com a colonização posterior, realizada como consequência da marcha do café. No entanto é preciso lembrar que os criadores mineiros agiram como os pioneiros na região, facilitando o caminho aos agricultores que os seguiram: os núcleos da região por eles fundados, serviram de base à irradiação do povoamento(...).³⁴

O isolamento da região persistiu por um longo período e a comunidade só foi transformada em município em 19 de julho de 1894, pela lei de n. 274, assinada pelo então presidente do estado, Dr. Bernardino de Campos.

Em consequência desse acontecimento, desenvolve-se a primeira representação imagética da urbe.

Um motivo político e administrativo, elevar à Vila a condição de Município, levou à necessidade de mapear seu território urbano. Entre 1893 e 1894, o engenheiro Ugolino Ugolini oferecia seus serviços à Igreja e elaborava o Mappa da Villa de São José do Rio Preto, a pedido do padre José Bento da Costa, marcando, definitivamente, uma busca pela centralização administrativa da urbe. Apesar do afastamento da Igreja dos assuntos ligados ao Estado, desde a Proclamação da República, foi por iniciativa daquela que se propôs a organização territorial inicial do município.

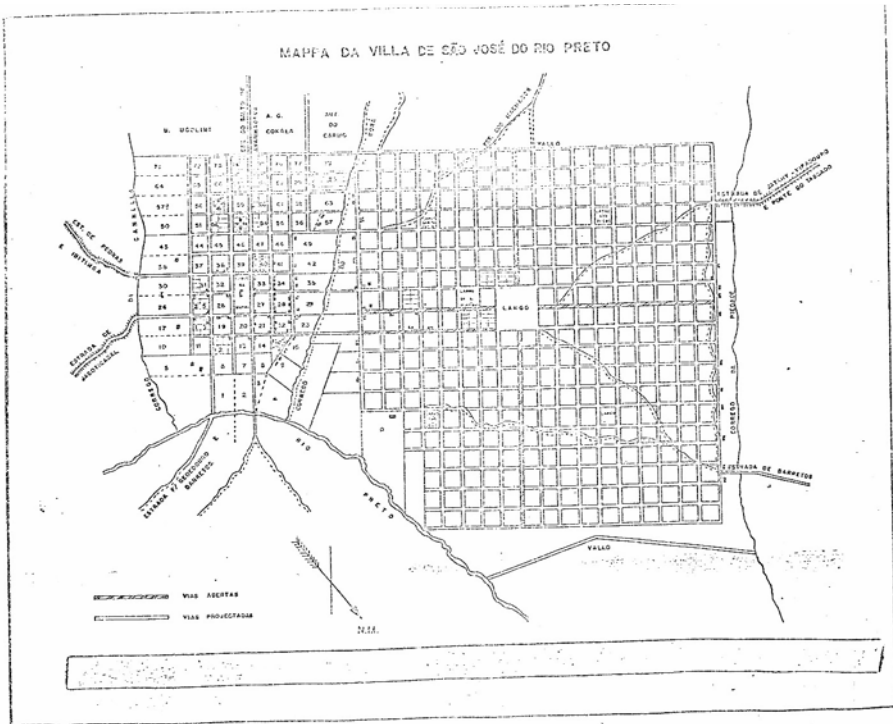
Há nesses dados uma importante referência: a necessidade do mapeamento, tanto do Patrimônio de São José, berço da ocupação urbana original, quanto do Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo, na época ainda sem muitos residentes.

Como a Igreja havia recebido o Patrimônio de São José por doação de Luiz Antônio da Silveira, e, aparentemente, não possuía qualquer documentação referente a esse fato, tratou de confeccionar a prova necessária para autenticar a doação feita. Nessa época, o regime republicano havia retirado das mãos da Igreja e dos chamados “fabriqueiros” – pessoas indicadas como administradores dos negócios eclesiásticos – o papel de guardiões dos registros de propriedades, atividade que passaria a ser feita pelos cartórios, órgãos civis e braço administrativo do novo regime.

A legitimação do Patrimônio de São José seria uma disputa jurídica que se arrastaria até por volta de 1910, conforme comentado anteriormente, quando a Igreja, em um acordo firmado com a administração municipal, desistiria dos terrenos localizados na zona central em troca de uma indenização a ser estabelecida por comum acordo.

Torna-se evidente a caracterização do espaço urbano representado no mapa e sua inserção no modelo político republicano.

A distribuição dos terrenos em forma de uma espécie de “tabuleiro de xadrez” busca



UGOLINO, Ugolini. *Mapa da Villa de São José do Rio Preto*. Cópia Xerográfica de origem desconhecida. 18,5 cm x 23,5 cm [1893]. (Acervo Comdephat: São José do Rio Preto – SP). Desse mapa só é conhecido essa imagem fotocopiada. Percebe-se que há uma série de números que acredita-se fizessem parte de uma espécie de tabela numérica indicando os proprietários de cada terreno. Questiona-se se havia uma relação descritiva em anexo ao mapa com as informações complementares ao registro iconográfico apresentado.

criar, na iconografia do espaço representado, a ideologia constitutiva do regime político em vigor.

A própria contratação do engenheiro foi registrada em documento legalizado no cartório de Theodolino José de Paula, na própria cidade de São José do Rio Preto, em 8 de maio de 1893. O documento afirmava a contratação do

Douctor Engenheiro [Ugolini Ugolino], para medição (...) demarcação e divizão de propriedades nos Patrimonios do Destricto de São José do Rio Preto (...). Acabada a medição o Engenheiro obriga-se a dar gratuitamente ao Fabriqueiro huma Copia em papel vigital (sic.) [do mapa] de todos os quinhões Rurais ao fim de poder a fabrica conhecer e fazer constatar a cada rendeiro o proprio dominio legal.³⁵

O mapa produzido foi usado como o primeiro levantamento das propriedades existentes no núcleo urbano original, e garantiu para a Igreja uma espécie de autenticação de suas posses no local. Nota-se em sua observação a numeração das propriedades do Patrimônio além das orientações relativas às entradas e saídas da urbe. A sua porção mais ocupada – observar parte superior do mapa – apresenta as numerações correspondentes às propriedades e representa o Patrimônio de São José, além de ser o núcleo original da urbe.

A parte inferior do mapa, representando o Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo, classificava-se como uma expansão territorial natural para a comunidade, não apresentando muitos locais ocupados. A demarcação antes da ocupação demonstrava diretamente a expectativa de crescimento, acentuando ainda mais a questão do controle administrativo associado à disposição mostrada pela representação gráfica.

Na parte correspondente ao Patrimônio de São José, é possível notar a formação clássica das antigas cidades portuguesas na América, anteriores ao século XVII, que apresentavam uma ocupação irregular do território. Apesar do quase total alinhamento das ruas, algumas partes próximas ao Rio Preto e ao córrego do Borá ainda lembram a herança do antigo agrupamento inicial. No mapa, percebe-se também que o traçado acompanha “a linha da paisagem” estabelecendo um formato para a urbe.

Embora elaborado por um engenheiro, no mapa, a representação dos pontos cardeais não obedece ao padrão estabelecido para a cartografia. A indicação da direção Norte está desvinculada da representação cartográfica estabelecida, ficando como coadjuvante do processo. O interesse maior está no formato urbano e em sua descrição. Torna-se interessante perceber que um terreno pertencente ao próprio Ugolini encontra-se descrito na parte superior à esquerda do mapa, exatamente no ponto inicial de uma leitura informal da iconografia cartografia. Nota-se, assim, que o objeto confeccionado atende às necessidades específicas de seu idealizador, como, por exemplo, à conveniente valorização de

seu patrimônio material, que ficava fora dos limites centrais da urbe.

Independentemente disso, a representação iconográfica da urbe abre espaço para sua autenticação administrativa, pois passa a ser um modelo de representação palpável para as normas de organização intangíveis.

Essa organização, nos moldes republicanos, busca um controle objetivo para a urbe e pode ser percebida pela publicação, em 1895, de informações pertinentes ao traçado urbano e à nomenclatura de suas ruas. Segundo o jornal de Jaboticabal, *O Correio do Sertão*, em informações prestadas pelo próprio Ugolini Ugolino,

A excepção dos nomes de Prudente de Moraes e Bernardino de Campos, dados pela camara, ou outros foram escolhidos alternadamente d'entre os Santos mais em voga no Brazil e os de victorias geralmente conhecidas. Assim estam adoptados os nomes de rua Paysandú, rua Guayanazes, Uruguayana, rua Ipiranga etc. Há também nomes sonoros e inocuos, como rua Liberdade, Victoria, Formosa, Independencia etc. Algumas ruas receberam os nomes dos municipios vizinhos, como Rua Jaboticabal, Ibitinga, Pedras, Barretos, etc. Há também tres nomes de pessoas vivas, que são verdadeiros benemeritos do lugar; como pe José Bento da Costa, Mesquita e Pedro Amaral e o nome do Doador do patrimonio [Luiz Antonio da Silveira]. As 5 ruas que conduzem ao cemiterio receberam o baptismo de Ruas da Paz, da Piedade, da Gloria, Bom Retiro e campos Elysios.³⁶

Nota-se que há uma alusão direta aos participantes do processo de implantação da República no país, além da representação de batalhas ligadas à atuação dos militares brasileiros. A presença dos nomes de devoção religiosa mostra a permanência de valores tradicionais da população local, elementos vinculados ao passado colonial e a determinados valores culturais, presos diretamente ao cotidiano formativo da urbe.

Paralelamente a essa característica, desde 1898, a Câmara Municipal busca ordenar o traçado urbano, pois, de acordo com a Ata da Câmara Municipal de 4 de outubro,

A comissão de Obras Publicas é de parecer que seja deferido o requerimento apresentado pelo comendador e submete a Camara o seguinte projecto Lei n.º 19 – Art. 1º é permitido a construcção de Cazas de alturas de quatorze palmos de pé direito fora do quadro e alem da rua Boa Vista; – Art. 2º Fica o Intendente autorizado a ispecificar as demais ruas e lugares onde possão serem construidas as mesmas cazas; – Art. 3º quanto as dicisões de portas e janellas, serão em votação a altura das mesmas cazas para que fique em simetria (...).³⁷

Percebe-se, assim, a preocupação com o crescimento da cidade para além do núcleo histórico original. A Rua Boa Vista pertencia ao Patrimônio de Nossa Senhora do Carmo,

estando na parte nova da urbe – ainda praticamente sem anotações de moradores –, segundo o traçado apresentado pelo mapa de Ugolini. A normatização apresentada é parte da representação necessária à existência da comunidade e vincula-se a sua organização e ao controle por parte do poder administrativo.

Conclusão

Nota-se que o fluxo de crescimento urbano das cidades paulistas localizadas no chamado “sertão da Noroeste”, sofreu, em certos aspectos, influências do conflito armado na região paraguaia. O processo cultural e a constituição da memória local atrelaram-se a esses aspectos econômicos e sociais. A idéia do território é um processo de identidade cultural, muito mais que um apelo administrativo. Durante o Império, a região era parte de uma rota de trocas simbólicas, embora tenha absorvido as características administrativas do poder central. A herança indireta do conflito serviu para formular, no futuro, uma razão urbana moldada na busca de sua identidade como região administrativa. A cidade de São José do Rio Preto – pela atuação de vários comerciantes na região, entre eles Bernardino de Seixas Ribeiro, considerado o fundador oficial da localidade – acaba por perceber-se como comunidade em função de dois elementos centrais.

O primeiro localiza-se pela sua inserção no panorama histórico nacional. Taunay e suas memórias da guerra garantiram a gestação de uma identidade local atrelada à política centralizadora do Império: passa a haver uma memória a ser resgatada e gerida conforme institucionalizam-se os poderes representativos locais, ou seja, Bernardino Seixas é o “fundador oficial”, entre outros aspectos, pelo seu contato e posterior reprodução da história formativa do grupo pelo então Visconde de Taunay.

O segundo é a concretização do espaço imaginado pela organização sugerida pela construção de um elemento cartográfico. Os mapas realizados não são uma simples expressão da organização e gestão do território, pois, acima de tudo, representam particularidades dos poderes constituídos e dessa forma devem ser percebidos.

Recebido em março/2006; aprovado em maio/2006.

Notas

*Professor de Patrimônio, História e Cultura, na Universidade Anhembi-Morumbi, São Paulo. Publicou, em *Festas, Ritos e Celebrações*, outro artigo sobre historiografia. E-mail: cavenagh@usp.br

¹ Esse artigo faz parte da Tese *Olhos do Barão, bocado sertão: uma pequena história da fotografia e da*

cartografia no noroeste da Província de São Paulo (final do século XIX e início do século XX), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Silva, contando com auxílio da Capes.

² Ver LACOSTE, Y. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas, Papirus, 1988; MAGNOLI, D. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo, Ed. da Unesp/Moderna, 1997.

³ Ver MELLO, F. I. M. Viagem ao Paraguai em fevereiro e março de 1869. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 36, n. 47, pp. 5-53, 1873.

⁴ CARVALHO, C. L. de. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Lithographia Paulo Robin & Cia., 1882 (colaboração e revisão: MELLO, F. I. H. de). Relacionada a interpretação do espaço territorial da região Noroeste da Província de São Paulo, as funções ideológicas do processo e o papel de Daniel P. Müller, ver CAVENAGHI, A. J. Uma leitura cartográfica da História: a formação territorial da Província de São Paulo durante o século XIX. *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC. São Paulo, n. 26 (jan.-jun.), 2003, pp. 285-303.

⁵ Relacionado as descrições literárias de Taunay ver FONSECA, S. C. B. “Monarquia e razão vigilante: o pensamento político na literatura do Visconde de Taunay”. In: ALMEIDA, A. M.; ZILLY, B. e LIMA, E. N. (orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro, MAUAD/FAPERJ, 2001.

⁶ CASTANHO, E. (org.). *O Brasil na máquina do tempo: coleção referencial da história da fotografia brasileira*. São Paulo, Instituto Cultural Itaú, 1997 (Catálogo da Exposição), p. 50.

⁷ KOSSOY, B. *Dicionário Histórico-Fotográfico Brasileiro: fotógrafos e o ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)*. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2002, p. 307.

⁸ FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936, p. 259.

⁹ TAUNAY, A. de E. *Céus e terras do Brasil: viagens de outrora*. São Paulo, Melhoramentos, 1948, p. 116.

¹⁰ Id. *Memórias*. São Paulo, Melhoramentos, 1946, p. 121.

¹¹ BIARD, F. A. *Dois anos no Brasil*. Trad., Mario Sette. São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1946, p. 58.

¹² KOSSOY, B. Estética, Memória e Ideologia Fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado. *Acervo*, Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 6 (jan/dez.), n. 1/2, pp. 15-16, 1993.

¹³ BARRACLOUGH, G. *Introdução à História Contemporânea*. São Paulo, Círculo do Livro, s.d., p. 40.

¹⁴ SODRÉ, N. W. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro, Grafia, 2004, p. 87.

¹⁵ LACERDA E ALMEIDA, F. J. de. *Diários de viagem*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944, p. 95.

¹⁶ MORAES, J. A. L. Araraquara. *Almanach Litterario de São Paulo* para o anno de 1877: 2.º anno. Organizado por José Maria Lisboa. ed. Fac-Similar. São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982, p. 173.

¹⁷ Sobre as imagens produzidas por Pérez, datadas do início do século XX, ver FRANÇA, A. M. (org.). *Álbum de Araraquara*. São Paulo, João Silveira Editor, 1915. Observar anúncio do ateliê fotográfico de Pérez, na página 20 da seção de anúncios, no qual é referenciada a data de início de suas atividades. Ver também CASTRO, F. (org.). *Almanach – Álbum de São Carlos: 1916-1917*. São Carlos, SP, Typografia Artística, 1917 (não paginado). Há nessa obra uma referência ao trabalho de Pérez, atestando a continuidade de sua produção até pelo menos 1916.

- ¹⁸ Relacionado ao contato com os indígenas na região, ver LIMA, J. F. T. *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru*. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo, FFLCH-USP, 1978.
- ¹⁹ *Almanach da Província de São Paulo para 1888*. Organizado por Jorge Seckler. 6º ano. São Paulo, Typographia a Vapor de Jorge Seckler e Comp., 1888, p. 469.
- ²⁰ Citado por MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1984, p. 176.
- ²¹ Citado por BRANDI, A. *São José do Rio Preto (1852-1894): roteiro histórico do Distrito (...)*. São José do Rio Preto, Casa do Livro, 2002, p. 233.
- ²² NOGUEIRA, C. R. *São José do Rio Preto (1852-1945)*. São Paulo, João Bentivegna, 1952, pp. 10-11.
- ²³ *Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial da Província de S. Paulo para o anno de 1857*. MARQUES, J. R. de A. e Irmão (orgs.). 1. anno, São Paulo, Typ. Imparcial de J.R. de Azevedo Marques, 1856, p. 167.
- ²⁴ TAUNAY, A. de E. *Visões do Sertão*. São Paulo, Melhoramentos, s.d., p. 62.
- ²⁵ Id. *Céus e Terras do Brasil: Viagens de Outrora*. São Paulo, Melhoramentos, 1948, p. 106.
- ²⁶ Para mais detalhes sobre a obra de Azevedo Marques, consultar: TAUNAY, A. de E. “Prefácio”. In: MARQUES, M. E. de Azevedo. *Província de São Paulo*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1980, pp. 9-20.
- ²⁷ MARQUES, op. cit., pp. 231-214.
- ²⁸ COSTA, L. F. da C. “O caminho de São Bento de Araraquara”. In: ALMEIDA, A. M.; ZILLY, B. e LIMA, E. N. (orgs.). *De sertões, desertos e espaços incivilizados*. Rio de Janeiro, Mauad/Paperj, 2001, p. 120. Aproveito a oportunidade para agradecer ao Professor Luiz Flávio da Costa, que gentilmente cedeu a imagem apresentada do mapa da Expedição de Taunay para este artigo. Foi ele o grande responsável pelo resgate do mapa que, durante muito tempo, permaneceu esquecido no Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, localizado no Rio de Janeiro.
- ²⁹ NOGUEIRA, C. R. *São José do Rio Preto: 1852-1945*. São Paulo, João Bentivegna, 1952, pp. 10-11.
- ³⁰ COBRA, A. N. *Em um recanto do sertão paulista*. São Paulo, Typographia Hermes Irmãos, 1923.
- ³¹ TAUNAY, *Viagens de Outrora*. São Paulo, Melhoramentos, 1948, p. 106.
- ³² BRANDI, A. O traçado de Rio Preto. *Diário da Região*. São José do Rio Preto, SP, 31 jan. 2001. Caderno Cidade, p. 4.
- ³³ *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. Organizado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo, Typographia Americana, 1873, p. 533.
- ³⁴ FRANÇA, A. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1960, p. 183.
- ³⁵ Citado por BRACCI, Pe. C. A. A. *História de um povo fiel: Diocese de São José do Rio Preto*. São José do Rio Preto, Editora Rio-Pretense, 1999, pp. 42-43.
- ³⁶ *O Correio do Sertão*, Jaboticabal, SP, n. 43, 25 mar. 1895, p. 2. Recolhido e reproduzido por BRANDI, A. *São José do Rio Preto: 1852-1894*. São José do Rio Preto, Casa do Livro, 2002, p. 534.
- ³⁷ Comdephat de São José do Rio Preto. Livro de Atas da Câmara Municipal, 1898 (manuscrito).